agrícolas, designados pelos organismos nacionais dos respectivos ramos que agrupem.

39— A comissão consultiva é presidida por um dos representantes do MAP, designado por despacho do respectivo Ministro.

40— O mandato dos membros da comissão consultiva é de três anos.

41— A comissão consultiva reúne por convocação do respectivo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos membros em exercício.

42— A convocação da reunião da comissão consultiva deve ser feita com uma antecedência mínima de quinze dias.

43— Os membros da comissão consultiva têm direito ao abono das despesas de transporte e a ajuda de custo.

44— O Gabinete de Planeamento do MAP dará todo o apoio administrativo necessário ao funcionamento da comissão consultiva e suportará os inerentes encargos.

45— Constituem atribuições da comissão consultiva:

- a) Dar parecer ou formular propostas sobre os objectivos a prosseguir pelo seguro de colheitas, sobre os critérios de bonificação dos prémios do seguro de colheitas a que se refere o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 395/79, de 21 de Setembro, e sobre o alargamento do seguro de colheitas a outras culturas e riscos;
- b) Propor medidas extraordinárias de auxílio aos agricultores, no caso da ocorrência de acidentes naturais que assumam carácter calamitoso;
- c) Pronunciar-se acerca de quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo MF, MAP, INS ou comissão de gestão do Fundo.

IV — Disposições finais

46— As dúvidas que se suscitarem na aplicação do presente despacho serão resolvidas pelo Instituto Nacional de Seguros.

Ministérios das Finanças e da Agricultura e Pescas, 18 de Dezembro de 1979. — O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *Joaquim da Silva Lourenço*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA INDÚSTRIA

Despacho Normativo n.º 9-N/80

Considerando:

A importância do programa de investimentos das Pirites Alentejanas, S. A. R. L., que contudo, se vem perigosamente arrastando e adiando em consequência das carências financeiras com que a empresa se debate;

Que, com a prevista criação da Empresa Mineira e Metalúrgica do Alentejo, E. P. (EMMA),

as participações do Estado em Pirites Alentejanas, S. A. R. L., deverão ser detidas por aquela empresa pública, dada a complementaridade das actividades respectivas;

Que, pelo exposto no parágrafo anterior, Pirites Alentejanas foi já excluída da carteira de participações do IPE, entidade que procedeu aos aumentos de capital respeitantes ao exercício de 1978;

Considerando, por outro lado,

Que a Sociedade Mineira de Santiago é uma empresa pública que será transformada na Empresa Mineira e Metalúrgica do Alentejo, E. P. (EMMA), conforme estatutos já aprovados pelo Governo, em que se fixou o respectivo capital estatutário:

Determina-se que:

1— A Sociedade Mineira de Santiago subscreva, em 70 000 contos, o aumento de capital a realizar na empresa Pirites Alentejanas, S. A. R. L.

2— Para o efeito do disposto em 1, o capital da Sociedade Mineira de Santiago seja aumentado em 70 000 contos, a realizar integralmente em 1980, através da verba atribuída ao Ministério da Indústria para dotação de capital das empresas públicas sob sua tutela.

3— Enquanto a verba referida em 2 não se tornar disponível, a Sociedade Mineira de Santiago deverá obter, junto de instituições financeiras, financiamento intercalar.

4— No prazo de trinta dias após a constituição da Empresa Mineira e Metalúrgica do Alentejo, E. P. (EMMA), deverá proceder-se ao aumento do respectivo capital através da afectação da globalidade das participações públicas no capital das Pirites Alentejanas, S. A. R. L.

Ministérios das Finanças e da Indústria, 24 de Dezembro de 1979. — O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*. — O Ministro da Indústria, *Fernando Henriques Marques Videira*.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E PESCAS E DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 9-O/80

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 303/77, de 29 de Julho, e em aditamento à tabela n.º 1 «Produtos fitofarmacêuticos», é autorizada a comercialização de produtos fitofarmacêuticos com base nas misturas das substâncias activas captafol + N-(triclorometiltio)ftalmida, com os teores respectivos de 90 g/l + 360 g/l, cujo tipo de formulação é suspensão aquosa.

Ficam também autorizadas as capacidades das embalagens e introduzir no mercado, de 200 ml, 1 l e 5 l.

Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, 18 de Dezembro de 1979. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *Joaquim da Silva Lourenço*. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Manuel Duarte Pereira*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 26-M/80
de 9 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Turismo, que, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 333/79, de 24 de Agosto, seja aprovado o quadro do pessoal da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril que a seguir se publica:

Quantidade	Designação	Letra
Pessoal dirigente		
(a) 1	Director	D
(a) 1	Subdirector	E
Pessoal administrativo		
1	Chefe de secção	I
2	Primeiros-oficiais	J
2	Segundos-oficiais	L
2	Terceiros-oficiais	M
1	Escriturário-dactilógrafo	N, Q ou S
Pessoal auxiliar		
1	Telefonista	O, Q ou S
1	Contínuo	S ou T
2	Auxiliares de limpeza	U

(a) Lugar a preencher em comissão de serviço (artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 333/79, de 24 de Agosto).

Secretaria de Estado do Turismo, 6 de Dezembro de 1979. — O Secretário de Estado do Turismo, *Licínio Alberto de Almeida Cunha*.

SECRETARIAS DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO E DO TURISMO

Portaria n.º 26-N/80
de 9 de Janeiro

Sem prejuízo da manutenção do mecanismo do regime de preços declarados, no essencial, para os serviços de aposento, primeiro almoço continental, almoço e jantar (refeição completa) e do de preços livres para os restantes serviços adoptado pela Portaria n.º 636/77, de 6 de Outubro, foi demonstrado pela prática que a dinâmica do primeiro regime supracitado carecia de alguns ajustamentos, nomeadamente no que respeita à periodicidade da apresentação das declarações a enviar.

Na verdade, o critério então seguido do envio de duas declarações anuais mostrou-se inadequado, por

excessivo, indo colidir com a prática empresarial nos seus aspectos de gestão promocional em moldes internacionalmente aceites.

Concluiu-se assim pela instituição de uma declaração anual única. Como corolário natural, este sistema es'ende-se aos estabelecimentos sem interesse para o turismo.

Finalmente, entende-se que as disposições inovatórias se integrem, formando um quadro lógico, num único diploma com todas as restantes disposições que são de manter.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Comércio Interno e do Turismo, ao abrigo do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro, o seguinte:

I

Preços do aposento, primeiro almoço continental, almoço e jantar em estabelecimentos hoteleiros

1.º Os preços do aposento, do primeiro almoço continental, do almoço e do jantar, quando refeições completas, a praticar nos estabelecimentos hoteleiros de e sem interesse para o turismo, ficam sujeitos ao regime de preços declarados, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, nos termos do disposto na presente portaria.

2.º As declarações dos preços mínimos e máximos que se pretenda praticar em estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo, relativamente aos serviços referidos no número anterior, serão enviadas pelos interessados directamente ou através das respectivas associações dos industriais de hotelaria à Direcção-Geral do Turismo até 31 de Julho de cada ano para os hotéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos de luxo e de 1.ª classe e até 31 de Outubro para os restantes estabelecimentos hoteleiros com interesse para o turismo, passando a vigorar os preços declarados, com observância do disposto nos números seguintes, pelo prazo de um ano contado a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte.

3.º Nas declarações dos preços que pretendam praticar as empresas terão em conta o grupo e categorias do estabelecimento, a sua localização, a qualidade do serviço, os usos e margens comerciais habituais, a situação do mercado e as disposições legais aplicáveis.

4.º As declarações de preços devem incluir todos os impostos e as taxas devidos pelo cliente.

5.º As declarações serão apresentadas em duplicado, destinando-se um dos exemplares a ser devolvido ao interessado com a data de entrada e a aprovação dos serviços.

6.º Entende-se que a Direcção-Geral do Turismo nada tem a apor à declaração de preços apresentada, se sobre ela não se pronunciar no prazo de trinta dias, contado da data da entrada da declaração nos serviços.

7.º A Direcção-Geral, se não considerar justificados, à luz dos critérios constantes do n.º 3.º, os preços declarados, comunicá-lo-á aos interessados por ofício, com aviso de recepção, no prazo referido no número anterior, propondo desde logo os preços que considerar adequados.